

Planalto não se omite mais, prevê Gadelha

ANSELMO DE SOUZA

O governo vai empenhar-se para modificar o projeto de Constituição durante a votação em segundo turno, tentando suprimir itens considerados inflacionários. Os detalhes da estratégia serão discutidos pelo conselho político do presidente José Sarney, quando ele retornar de viagem que faz à China, segundo disse ontem em São Paulo o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado e que exerce, informalmente, a liderança do governo.

O senador almoçou com empresários paulistas na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a convite do presidente da entidade, Mário Amato. "Os empresários acusaram o governo de ser omissos até agora e querem que essa situação seja diferente no segundo turno", afirmou o senador. Já o presidente da Fiesp disse que o empenho do governo é também "uma forma de governar".

Sobre a acusação de omissão, Marcondes Gadelha defendeu o governo dizendo que ele "paga por ter cão e paga por não ter cão", explicando que, quando o Planalto procura interferir no resultado da Constituinte, é acusado de afetar a sua soberania, e quando não interfere acaba sendo chamado de omissos.

Os empresários insistiram com Marcondes Gadelha na questão da anistia aos microempresários, por eles considerada um fator de inflação e apresentaram também os pontos que querem ver modificados no segundo turno. Ao todo são 24, mas três os considerados principais: direito irrestrito de greve, jornada de seis horas em turnos ininterruptos de trabalho e estabilidade, segundo o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

O senador Marcondes Gadelha admitiu que será difícil suprimir emendas no segundo turno, lembrando que serão necessários 280 votos. Acha, porém, que isso será possível "em esforço concentrado", previsto pelo critério a ser adotado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "Ele vai destacar os pontos polêmicos para votação", disse.



Carlos Renno

Gadelha prevê mais ação do governo no segundo turno

Cabral entrega hoje novo texto da Constituição

BRASÍLIA — O relator Bernardo Cabral entregará hoje, às 12h30, ao presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), o texto do projeto de Constituição que irá a votação, em segundo turno, a partir do dia 21. A cerimônia se realizará no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, na Câmara. Depois da redação feita pelo relator, o texto, que foi aprovado em sua parte permanente com 265 artigos, ficou reduzido a 235. O relator retirou 11 artigos das disposições transitórias e abriu, com eles, mais um título (o IX) na parte permanente. As disposições transitórias ficaram com 76 artigos. O projeto — agora já quase definido — da futura Constituição está com 322 artigos no total. Bernardo Cabral disse estar satisfeito, pois começara a trabalhar com base num projeto de 556 artigos.

Ministro comanda ação do governo

BRASÍLIA — Uma operação pente-fino está sendo montada pelo governo para retirar do texto da nova Constituição, durante o segundo turno da votação, alguns itens que, no seu entendimento, atrapalham o funcionamento da economia e criam dificuldades para o controle das contas públicas. A estratégia, coordenada pelo ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, tenta criar uma base parlamentar favorável ao corte de emendas "inconvenientes".

A estratégia vai ser discutida com o presidente Sarney, logo depois de regressar ao Brasil. O presidente vai decidir sobre uma série de assuntos de impacto na economia, destacando-se uma revisão completa dos programas e projetos oficiais constantes do orça-

mento da União para este e para os próximos anos.

A última revisão feita no orçamento, recentemente, teve como principal objetivo definir um corte nas suas despesas equivalente a 0,75% do PIB (Produto Interno Bruto). Neste ajuste, cada ministro de Estado teve definido um porcentual de corte, mas cabendo a cada um definir sobre o que era ou não prioritário em sua área.

O próximo reajuste, contudo, vai entrar no mérito destas prioridades, a partir de uma discussão interministerial, com a participação direta do presidente Sarney.

O presidente Sarney vai rever também alguns assuntos ligados ao funcionalismo público, tais como os decretos-leis que instituíram a aposentadoria incentivada e a redução das gratificações.